

PRESSUPOSTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM EXAME DE PROFICIÊNCIA EM PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

LEONOR CANTAREIRO LOMBELLO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ABSTRACT

This paper discusses the elaboration of a proficiency test in Portuguese as a foreign language within a theoretical basis with pre-defined characteristics. The test, which was designed in three modules, was developed by a group of the Applied Linguistics Department of UNICAMP and aims to evaluate communicative performance capacity in Portuguese. The instrument is being tested with foreign students at UNICAMP, with the purpose of being applied, firstly, at this university and, in the future, to learners of Portuguese in other countries. The theoretical bases of a communicative exam are discussed.

INTRODUÇÃO

Como parte do projeto UNICAMP de Português para Estrangeiros (PE), uma equipe dessa Universidade iniciou no primeiro semestre de 1992 a elaboração de um Exame de Proficiência em Português para Estrangeiros (EPPE), realizando assim um antigo anseio dos professores que atuam nessa área. A UNICAMP, através do seu Departamento de Linguística Aplicada, ministra cursos de PE há quase vinte anos, e frequentemente seus professores são solicitados a emitir atestados de proficiência a estudantes, principalmente latino-americanos. Este fato, aliado ao interesse manifestado por órgãos administrativos da universidade na institucionalização de um exame para todos os alunos estrangeiros que procuram a universidade, constituiu a motivação interna para a elaboração de um instrumento desse tipo. Esta coincidiu ainda com uma procura externa, de alguns Centros de Estudos Brasileiros no exterior que manifestaram interesse na adoção de um exame para aplicar aos alunos de seus cursos de Português.

A primeira versão do exame está sendo testada e, numa primeira fase, foi aplicada a cerca de 20 alunos dos cursos de PE da UNICAMP, de diferentes nacionalidades, e a alguns alunos falantes nativos. Estão sendo feitas as avaliações, não só dos alunos mas do instrumento em si, e realizados alguns ajustes, procurando-se principalmente afinar os instrumentos de correção e avaliação, visando aperfeiçoar a

confiabilidade inter-avaliadores, uma preocupação importante para a equipe. O exame deverá a seguir ser testado no exterior, possivelmente num Centro de Estudos Brasileiros.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO EXAME

Antes da elaboração do exame propriamente dito, algumas decisões de natureza teórica se impuseram à equipe. Segundo Brown (1987), na elaboração de qualquer instrumento de avaliação, e especialmente num exame de proficiência, três requisitos importantes devem ser considerados: a validade, a confiabilidade e a praticabilidade. Esses fatores, especialmente os 2 primeiros, estão em constante tensão, e um peso excessivo dado a um deles pode comprometer os outros e, conseqüentemente, o próprio instrumento de avaliação.

Razões de ordem prática, tais como a extensão (e conseqüente duração) do exame, seu custo, recursos técnicos envolvidos, facilidade de correção, etc, sem dúvida são importantes, mas sua consideração é posterior aos dois outros requisitos. Um instrumento de avaliação é confiável quando seus resultados são consistentes, tanto em termos dos avaliandos quanto dos avaliadores: um exame deve apresentar sempre resultados similares para sujeitos similares. É importante então assegurar as mesmas condições de aplicação a todos os examinandos, e haver uma especificação clara dos procedimentos de avaliação, para que se atinja o máximo possível de confiabilidade do teste em si e de confiabilidade inter-avaliadores.

O critério mais complexo, entretanto, o da validade, foi o que mais preocupou a equipe na elaboração do EPPE. Optou-se por um exame que privilegiasse principalmente a validade de conteúdo, isto é, que fosse uma amostra representativa daquilo que se desejava avaliar. Decidiu-se elaborar um exame comunicativo, com tarefas que constituíssem amostras reais de uso da linguagem e refletissem a competência comunicativa do avaliando em situações as mais próximas possíveis de tarefas reais. Essa decisão foi baseada nos propósitos do exame (que é um exame de proficiência), na sua possível clientela, nos níveis de proficiência especificados pelo exame e também na preocupação com um efeito retroativo benéfico. Já que todo exame provoca um efeito pedagógico, refletindo-se nos cursos que direta ou indiretamente preparam para ele, gostaríamos que o exame estimulasse nos cursos de PE a escolha de atividades comunicativas que privilegiassem o uso da linguagem em situações as mais próximas possíveis das reais. Procurou-se portanto testar o que é importante no desempenho comunicativo, e não, como geralmente se faz, o que é mais fácil testar.

Além da validade de conteúdo e, conseqüentemente, da validade aparente ou de face, uma vez que o exame parece medir o que pretende medir, procurou-se assegurar a validade concomitante do exame. Embora potencialmente circular, a validação de um teste por apresentar resultados similares a outros instrumentos é necessária para dar maior credibilidade ao novo instrumento. No caso, o critério usado

foi o de correlação com a própria avaliação que os candidatos obtinham nos cursos de PE realizados na Universidade. Finalmente, procurou-se assegurar um último tipo de validade, a de construto, fazendo do instrumento um exame direto, que refletisse tarefas da vida real. Desse modo, torna-se mais fácil relacionar o teste a uma teoria de aprendizagem de língua considerada válida. Para a equipe, uma teoria válida de aquisição/aprendizagem de língua será uma que considere que esta aquisição se dá de maneira global e integrada e privilegie a competência comunicativa, vista como um sistema integrado de conhecimentos que se organiza em vários níveis de competência. Tal modelo de competência implica portanto a necessidade de testar todos os níveis simultaneamente (Wesche, 1983).

Devido à tensão entre validade e confiabilidade já mencionada anteriormente, a equipe tinha consciência de que, privilegiando a validade externa, de conteúdo, estaria arriscando perder em confiabilidade. A confiabilidade, entretanto, é um conceito muito relativo. Pode-se dizer que os testes chamados objetivos, como os de múltipla escolha, por ex., são confiáveis, mas deve-se notar que o são apenas por assegurarem uma grande confiabilidade inter-avaliadores, isto é, uma mensuração objetiva no momento da correção, sem nenhuma possibilidade de subjetividade por parte do avaliador. Mas na própria atribuição dos valores numéricos às questões, e principalmente na construção do teste, na escolha das questões, há logicamente uma grande dose de subjetividade, da qual nem mesmo os chamados testes objetivos escapam. Esses testes, além disso, baseiam-se em normas lingüísticas que não são produzidas pelo candidato e, portanto, não podem dizer muito sobre qual seria seu desempenho em uma situação de uso (Morrow, 1979).

Sabemos que um exame não é válido se não for confiável, mas a confiabilidade pode ser reforçada com certos cuidados na preparação dos avaliadores e principalmente, como procuramos fazer, usando descritores claros e definidos para cada nível (ou faixa) de proficiência. A avaliação por faixas, e não apenas pontuada numericamente, é importante não só por descrever o que uma pessoa é capaz de fazer no uso de determinada língua, como por possibilitar uma melhor acuidade dos avaliadores quanto aos objetivos e níveis de proficiência limites.

CARACTERÍSTICAS DE TESTES COMUNICATIVOS

Tendo optado por avaliar a capacidade de desempenho comunicativo na língua-alvo, deparamo-nos logicamente com a questão de caracterizar o que é exatamente um exame comunicativo. Muito se tem falado, tanto sobre ensino como sobre testes comunicativos, e não é nosso propósito aqui entrar nessa discussão. Tornou-se necessário, entretanto, deixar claro tanto para a própria equipe como para o público o que entendíamos por exame comunicativo.

Um critério para o desenvolvimento de um exame comunicativo, já apontado por Carroll (1968) ao defender uma posição integrativa na área de testes, é o uso da

linguagem em situações comuns, em que o indivíduo emprega sua competência comunicativa lingüística e metalingüística através de habilidades de desempenho de forma integrada. Esse critério não é atingido por testes puramente pontuais, que procuram testar segmentos isolados da língua, nem por testes integrativos, que testam a proficiência através de tarefas integrativas convencionais (cópia, redação, ditado), que refletiriam apenas indiretamente o nível de proficiência lingüística do indivíduo.

Esse critério de "uso da linguagem" levou Morrow (1979) a apontar características ou traços que devem ser considerados na elaboração de testes comunicativos. São eles:

1- serem baseados na interação, uma vez que a linguagem, mesmo escrita, é na maioria dos casos usada numa interação;

2- permitirem desenvolvimento imprevisível da linguagem, já que o desenvolvimento de uma interação é freqüentemente imprevisível;

3- serem contextualizados (e assim o candidato tem de atingir adequação ao contexto situacional e lingüístico);

4- terem um propósito enquanto tarefa e serem baseados em necessidades comunicativas;

5- serem autênticos, isto é, não simplificados, embora não necessariamente constituídos de documentos reais;

6- considerarem a competência de transição, isto é, avaliarem o desempenho, e não apenas a competência do candidato, levando portanto em consideração limitações de memória, distrações, falta de atenção, etc.; e, finalmente,

7- serem baseados no comportamento, já que, em última análise, é a operacionalização, o efeito comportamental, isto é, aquilo que o candidato consegue produzir via linguagem, que dá a medida do sucesso de uma interação.

Por esses critérios, um exame comunicativo deve ser muito mais qualitativo que quantitativo, não devendo revelar apenas o número de itens que o candidato é capaz de responder, mas o que ele é capaz de fazer. Daí nossa opção por apresentar os resultados numa escala de faixas de proficiência, como já foi dito anteriormente. Essas faixas funcionam como relatórios de perfis de rendimento, uma concepção interessante porque explicitam objetivos operacionalizados que o candidato pode ou não executar em diferentes tipos de atividades, que naturalmente envolvem produção e compreensão de linguagem escrita e linguagem falada. Isto, é claro, exigirá uma definição dos tipos de operação a serem testados, das áreas de conteúdo às quais se relacionam e dos critérios para a avaliação.

O EXAME: FORMATO E OBJETIVOS

Procuramos nas seções anteriores expor em linhas gerais os pressupostos teóricos do EPPE. Vejamos agora como se realizaram de forma concreta esses

pressupostos. O exame foi concebido em três partes ou módulos, relacionadas a diferentes áreas de desempenho comunicativo:

1- compreensão e produção de linguagem escrita - a partir da leitura de textos autênticos, o candidato é solicitado a realizar tarefas que demonstrem sua compreensão e sua capacidade de produção escrita na língua;

2- compreensão de linguagem oral mais produção escrita - constituída de um trecho de vídeo de mais ou menos 5 minutos, e de perguntas sobre o vídeo que devem ser respondidas por escrito;

3- interação oral - nos testes-piloto constituiu-se especificamente de uma entrevista na qual se remete também à segunda parte, com uma ou duas perguntas sobre o vídeo assistido.

A avaliação é global por tarefa, isto é, as capacidades são avaliadas de forma global, envolvendo todos os aspectos que evidenciem o grau de precisão e de adequação da linguagem utilizada. O resultado é dado em faixas numa escala de 1 a 6, com descritores para cada faixa em cada tarefa, colocando o candidato num nível de desempenho profissional (faixas 5 e 6), básico (faixas 3 e 4) ou incipiente (faixas 1 e 2).

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou as reflexões que formaram a base teórica para a elaboração de um exame de proficiência em Português para Estrangeiros, reflexões estas que espelham as concepções que a equipe compartilha sobre natureza da linguagem, ensino/aprendizagem/aquisição de língua e avaliação. O instrumento em si está em fase de testagem e como próximo passo deve-se realizar a análise dos dados obtidos com as primeiras aplicações.

É necessária ainda uma validação dos resultados que compreenderá uma aplicação a falantes nativos e a outros candidatos do mesmo nível da clientela para a qual o exame foi concebido, com a finalidade de se avaliar a eficiência do instrumento. Os critérios de correção deverão ser refinados para que se aumente a confiabilidade do exame e conseqüentemente se chegue a um aperfeiçoamento do mesmo. Com isso espera-se atingir os objetivos iniciais do trabalho, criando-se um instrumento de avaliação válido e confiável na área de Português para Estrangeiros.

BIBLIOGRAFIA

BROWN, H.D. **Principles of Language Learning and Teaching**. Englewoods Cliffs: Prentice Hall Regents, 1987.

CARROLL, J.B. "The Psychology of Language Testing", in Davies, A. **Language Testing Symposium**, Oxford University Press, 1968.

MORROW, K.E. "Communicative Language Testing: Revolution or Evolution?", in Brumfit, C.J. & K. Johnson (Orgs) **The Communicative Approach to Language Teaching**. London: Oxford University Press, 1979.

WESCHE, M.B. "Communicative Testing in a Second Language", in **The Modern Language Journal**, 67/1, 1983.